

Assembleia de Freguesia

União das Freguesias de Coja e Barril de Alva

ATA NÚMERO TRÊS

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu no edifício sede da Junta de Freguesia, em Coja, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com a seguinte ordem de trabalhos. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----1. Tomada de posse do membro eleito pelo Partido Socialista, por renúncia de mandato.-----

-----2. Substituição, a seu pedido, do Membro Vanda Maria Tavares, ao abrigo do nº1 do artº78 da lei 169/99, de 18 de setembro. -----

-----3. Leitura do expediente. -----

-----4. Intervenção do público. -----

-----5. Intervenção dos membros da Assembleia de Freguesia. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----1. Discussão e votação da ata da Assembleia anterior. -----

-----2. Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia. -----

-----3. Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2021.-

-----4. Apreciação e votação do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património.

-----5. Apreciação do Inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais. -----

-----6. Apreciação do relatório de avaliação anual, referente ao ano de 2021, do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição, por solicitação dos titulares do Direito de Oposição, nos termos do nº3, do artigo 10º da Lei nº24/98 de 26 de maio.--

-----7. Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da União das Freguesias, acerca da situação financeira, nos termos da alínea v), do nº1, do art.18º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro. -----

-----8. Outros assuntos de interesse para a União de Freguesias. -----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia: Carlos Alberto Alves Cerejeira, Maria Manuela Correia de Oliveira Gouveia Sinde Filipe, a partir de agora designada por Maria Manuela Sinde Filipe, Ricardo Jorge dos Santos Bernardino, António Manuel Tavares Fróis de Carvalho, Isabel Maria Dias Gaspar Marques, Luis Manuel Tavares de Moura, Maria de Lourdes Tavares de Moura Tavares. -----



-----Pelo Executivo estiveram presentes João Manuel Marques Tavares, João Luís Correia de Oliveira Gouveia e Isabel Maria Veiga Guarda, respetivamente Presidente e Secretário e Tesoureira. -----

-----Iniciada a sessão, o presidente da mesa da Assembleia, Carlos Alberto Alves Cerejeira, cumprimentou todos, e agradeceu a presença do público, congratulando-se pelo interesse em participar na Assembleia, dando de seguida início à ordem de trabalhos. -----

-----No ponto um, do período antes da ordem do dia, Tomada de posse do membro eleito pelo Partido Socialista, por renúncia de mandato, foi lido o pedido de renúncia de Carlos Alberto Pereira dos Ramos, passando de imediato à tomada de posse de António Jorge Quaresma Tavares. -----

-----Passando ao ponto dois do período antes da ordem do dia, Substituição, a seu pedido, do Membro Vanda Maria Fernandes César Tavares, ao abrigo do nº1do artº78 da lei 169/99, de 18 de setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia, informou que apesar de não constar no pedido de substituição, a data de início e fim da mesma, conforme determinado por lei, iria ser aceite, sendo feita esta substituição por Edite Flor Quaresma Lopes. -----

-----Após a reconstituição dos membros da Assembleia, deu-se continuidade à ordem de trabalhos. -----

-----No ponto três do período antes da ordem do dia, Leitura de expediente, foram referidas as comunicações anteriores, da renúncia e pedido de substituição, dado não haver mais expediente a tratar. -----

-----Passando ao ponto quatro do período antes da ordem do dia, Intervenção do público, pediram a palavra António Alfredo Neves, João Luis Quaresma, António Pereira Francisco, Casimiro Coutinho, Maria João Oliveira, Manuela Vitória, Maria Manuela Saraiva Rodrigues, e Paulo Silva. -----

-----Tomou a palavra António Alfredo Neves para questionar corte de ervas e manutenção da Rua da Foreira, que não é feito há seis anos. -----

-----De seguida, João Luis Quaresma, referiu que estava em representação da Casa do Povo, em substituição do seu presidente, que estava com Covid. Pretende saber se há perspetiva ou alguma novidade sobre a intervenção no Pavilhão, dada a sua necessidade. Diz que a Casa do Povo não tem receitas para fazer nada, e dado o uso do pavilhão, pelas escolas, para ginástica e outras atividades desportivas, seria a altura, para em conjunto, a Casa do Povo, Junta de Freguesia e Câmara Municipal,



coordenarem a hipótese de dar alguma visibilidade àquele espaço, atendendo à urgência de intervenção tanto a nível de telhado, como em geral, sugerindo a criação de um grupo de trabalho. -----

-----Tomou a palavra, António Pereira Francisco, para alertar para o muro da Rua da Costa do Sol, Mercado Velho, que está mais uma vez caído, sendo necessário resolver o problema daquele "cotovelo", para evitar que esteja sempre a acontecer o mesmo. -

-----Seguidamente, Casimiro Coutinho, após cumprimentar o Executivo, Mesa e presentes, informa que se constata com satisfação o aumento de moradores na Esculca, onde estão incluídos à volta de quinze crianças com menos de doze anos, pelo que é urgente alguma alteração ao trânsito, no centro da aldeia, principalmente no Largo da Mocidade, sítio mais frequentado por estas crianças. Era importante fazer algo para obrigar à redução de velocidade, dos automóveis que ali passam, antes que aconteça algum acidente. Aproveitou para lembrar a promessa do Executivo, em relação à construção de um parque infantil, referindo as queixas de algumas mães, na dificuldade de ocuparem o tempo destas crianças, dado não existir na aldeia um espaço específico para elas poderem estar e brincar. Finalizou, agradecendo, em seu nome e em nome da Comissão de Melhoramentos e da Comissão de Compartes, a colaboração da Junta, na execução e colocação do baloiço na Esculca, deixando o convite a todos para uma visita, dado o privilégio das vistas que dali podem apreciar. -----

-----Tomou a palavra Maria João Oliveira, para, em nome dos moradores da Rua Filarmónica Pátria Nova, manifestar o desagrado do que aconteceu, pela não passagem da procissão da Via Sacra, naquela rua, cumprindo uma tradição centenária. Questionou por que não colocaram ali nenhuma imagem, como fizeram noutras ruas da vila, e o porquê da intervenção da Junta na Via Sacra, dado que da Igreja, informaram que foi a Junta que indicou outro percurso para a procissão. -----

-----Seguiu-se nas intervenções do público, Maria Manuela Saraiva Rodrigues para perguntar, mais uma vez, pela coluna de pedra de granito, que esteve anteriormente na sala da sede da Junta, e, constando-se que poderá ser uma pedra do antigo pelourinho, foi oferecida à Junta, para se manter em Coja. Questiona, ainda, informação sobre o processo dos baldios da freguesia. -----

-----Tomou a palavra Paulo Jorge Silva, que, em nome dos Bombeiros de Coja, veio agradecer ao Executivo, a colaboração e donativo de 250,00€, para o evento do 1º Passeio de motorizadas e scooters, que trouxe muito movimento à vila e região. -----

-----De seguida e a concluir a intervenção do público, Manuela Vitória, mostrou-se



solidária com a intervenção de Maria João Oliveira, referindo e questionando a não colocação de nenhuma imagem na Rua Filarmónica Pátria Nova. Em relação às pedras do pelourinho, disse terem pertencido à casa de seus pais, tendo sido doadas por estes à Freguesia, pelo que, se a Junta não estiver interessada, agradece que retornem à sua família. -----

-----O Presidente do Executivo, João Manuel Marques Tavares, cumprimentou e agradeceu a presença de todos, respondendo de seguida às respetivas intervenções. -

-----António Alfredo Neves - Apenas pode dizer que as ervas são cortadas por toda a freguesia, mas dada a sua extensão é complicado manter sempre tudo limpo. -----

-----João Luis Quaresma - Informou que estão guardadas na Carriga, há muito tempo, umas placas que seriam precisas, e foram pedidas para o pavilhão, mas a Casa do Povo nunca mais se interessou pelo assunto. A Câmara Municipal deu dinheiro à Casa do Povo para a sua aquisição e as placas nunca foram aplicadas. Para complementar esta informação, Carlos Alberto Cerejeira confirma que a Casa do Povo pediu orçamento à Cercol, perguntando se davam crédito, até receberem o dinheiro da Câmara Municipal. As placas foram pedidas, fornecidas e entregues na Carriga, aguardando o seu destino. Referiu que as primeiras preocupações foram do senhor António Gomes Trindade, que foi com um técnico ao pavilhão, que terá dito que as placas iriam resolver o problema.

-----Maria João Oliveira - A ideia de pintar imagens alusivas à Via Sacra foi da Junta de Freguesia, e através da exposição de arte urbana, trazer mais movimento à vila e dinamizar o comércio local, convidando os visitantes a circular pela vila. Nunca teve como objetivo alterar o que quer que fosse no percurso das cerimónias religiosas. Mais referiu que, tratando-se de uma iniciativa de Arte Urbana, alusiva à Via Sacra, o executivo reuniu com o Padre Lucas Pio, que se fez acompanhar com o Sr. Casimiro, onde lhe foi apresentado o projeto, bem como o seu desenvolvimento posterior, tendo o senhor Padre mostrado, desde a primeira hora, muito interesse pela iniciativa. A partir daí as decisões sobre as cerimónias religiosas foram da inteira responsabilidade da igreja, sem qualquer intervenção da Junta, como não podia deixar de ser. Manuela Vitória pede para falar, referindo que foi o pároco que disse ter sido o Presidente da Junta a sugerir a alteração. O Presidente do Executivo, reafirma que o executivo nada teve a ver com esse tipo de decisões, sendo apenas da sua responsabilidade a escolha dos locais onde foram colocadas as imagens, utilizando portas velhas. Acrescentou que tanto quanto soube as decisões sobre as cerimónias religiosas foram tomadas no seio



da igreja, numa reunião onde estiveram 25 pessoas, tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

-----Maria Manuela Saraiva Rodrigues – As pedras estão na Carriça, e não sabe porque foram retiradas. Vão pensar num sítio para serem colocadas. Em relação aos Baldios ainda não está nada resolvido, porque ainda está em tribunal. -----

-----Paulo Jorge Silva - retribui o agradecimento e diz que dentro das possibilidades a Junta estará sempre para ajudar. -----

-----No ponto cinco, intervenção dos membros da Assembleia, pediram a palavra António Jorge Quaresma Tavares, Edite Flor Quaresma Lopes, Maria de Lourdes Tavares de Moura Tavares, Luis Manuel Tavares de Moura, Isabel Maria Dias Gaspar Marques e António Manuel Tavares Fróis de Carvalho. -----

-----António Jorge Quaresma Tavares cumprimenta o Executivo e Presidente da Mesa da Assembleia, justificando a sua presença, pela renúncia de Carlos Pereira Ramos, e continua, dizendo que concorda que o turismo religioso é importante para a freguesia, mas não entende o que aconteceu, dado o descontentamento manifestado por várias pessoas, tanto nesta assembleia, como em praça pública e redes sociais. Gostava de saber o motivo das placas ainda não terem sido retiradas, dada a informação que estariam apenas até dia 24 de abril, e sendo dia 29 dá sinal de descuido. Outra questão tem a ver com a deficiente iluminação da vila, onde na Praça e Jardim das Rosas, a maioria dos candeeiros está apagada; na variante norte, entre as escolas e a estrada do Vale, todos os candeeiros estão apagados; na estrada do Pisão, estão vários candeeiros apagados, pondo em risco as pessoas que circulam a pé, já que é uma via onde as viaturas circulam com velocidade; no Bairro Social, apesar do alerta feito na assembleia anterior, vários candeeiros continuam apagados. Por último, e dada a aproximação do verão, questiona o que vai ser feito em relação à proliferação de algas e limpeza de árvores caídas nas margens, entre Coja e Barril de Alva. -----

-----Edite Flor Quaresma Lopes cumprimenta Executivo e Mesa, e pretende saber em que situação se encontram mais 9 compromissos do programa assumido pelo Executivo: Espaço de escritórios partilhados, co-working, no Barril de Alva; lançamento do Passaporte Portas do Açor; requalificação zona da feira em Coja; construção do novo cemitério no Barril de Alva; requalificação pavimento Praça Dr. Alberto Vale; requalificação de passeios e Rua Dr. Albino de Figueiredo; requalificação da Rua do Adro; requalificação barreira e muro na Estrada das Ladeiras; requalificação de acessos ao Caneiro e parque de estacionamento. -----



-----Maria de Lourdes Tavares de Moura Tavares, pergunta se houve alguma evolução em relação aos 9 pontos do compromisso eleitoral, já questionados na Assembleia anterior: requalificação do cemitério, em que posição se encontra; Caneiro das Rabaças, qual o ponto da situação; Salgueiral, sendo competência da Câmara Municipal, já foi lançado concurso? Registam com agrado, o recente início dos trabalhos na Estrada das Medas; Vale do Carro, qual o ponto da situação; Travessa da Forca, estamos em maio e não há sinal de obra; Miradouro do Alto da Boavista e Casa Museu do Moleiro, teve alguma evolução? -----

-----Luis Manuel Tavares de Moura congratula-se com tanto público, dado não ser usual, e em relação ao problema da Casa do Povo, acha que a Junta também devia questionar por que estão as placas à espera há tanto tempo. Em relação às respostas dadas pelo Executivo à Maria João Oliveira e Manuela Vitória, acha insuficiente e também não entende o motivo da colocação de uma imagem no edifício da Junta. A resposta dada a Manuela Saraiva Rodrigues, sobre as pedras, foi errada, pois quando as mesmas foram retiradas para se fazerem as obras na sala e deviam regressar quando do seu término, ficou registado em ata onde iam ficar por determinado tempo, e já deveriam ter regressado àquele espaço, e sobre os baldios, questiona exatamente o mesmo por ela questionado. Em relação ao evento do domingo, Lowest, com exposição de carros no Parque do Prado, lamenta os meios utilizados pelas forças policiais, mesmo que justificado legalmente, que puseram em causa a vila de Coja. Este evento foi inovador, organizado por gente jovem, a quem aproveita para parabenizar, que veio gerar movimento de pessoas e comércio, e quer deixar o apelo às entidades públicas, para fazerem chegar a quem de direito, o sentimento de descontentamento da população pela forma como decorreu a ação de policiamento. Para ficar registado em ata, disse ter conhecimento de uma reunião com os habitantes do Machorro, sobre a possibilidade de instalação de painéis fotovoltaicos no baldio daquela aldeia, tendo como contrapartida a construção de um parque de lazer e algumas melhorias. Do que conhece do negócio, o interesse da empresa estende-se aos terrenos da Carriga, Progresso e Baldio do Batifol. Apesar de ser um assunto que terá que ser deliberado pela Assembleia de Freguesia, pergunta ao Executivo o que pode adiantar sobre este assunto, tendo em conta não só os montantes que estão em causa, como prazos de cedência e condições de uso, tendo em conta que se trata de baldios com regras bem definidas por Lei. ----

-----Isabel Maria Dias Gaspar Marques tomou a palavra para dizer que não pode haver só queixas, porque é de louvar o esforço que o Executivo tem feito. No caso específico



do Pisão, tiveram o cuidado de ir falar com as pessoas, para saber qual a prioridade de obras e ver a melhor forma de as realizar, e uma parte já foi alindada, e espera que mais seja feito. -----

-----António Manuel Tavares Fróis de Carvalho cumprimenta todos e agradece a presença do público. Enaltece o trabalho da Junta e também a parceria com a Esculca na execução e colocação do baloiço, que é de grande importância e marca a diferença com os baloiços existentes nas outras freguesias, pelo privilégio do sítio e paisagem maravilhosa. Não pretende interferir no que ouviu do público, mas entende que não vale a pena fazer um cavalo de batalha, culpando o Executivo, por tudo o que de mau acontece nesta vila. Em relação à intervenção dos membros do Partido Socialista, acha que já estão a fazer demasiada pressão, com reivindicações, e parecem esquecer-se que as promessas dependem de verbas do Orçamento do Estado e que são para executar nos 4 anos de mandato. -----

-----O Presidente do Executivo tomou a palavra para responder a estas intervenções. António Jorge Quaresma Tavares – Os quadros foram pintados por sete pintores que os ofereceram a uma instituição, a quem a Junta pagou 1200,00€, pelas obras de arte e sua colocação. Com a publicidade, decoração da Praça, florista, entre outras pequenas despesas, na dinamização da feira na Páscoa foram gastos cerca de 2000,00€. As imagens ainda não foram retiradas, por aconselhamento dos autores, dado ter chovido e ser necessário que fiquem bem secas. Depois disso devem ter um tratamento com verniz próprio e serão acondicionadas, para utilização em eventos futuros. Em relação à iluminação, têm sido reportadas à EDP as situações conhecidas, mas qualquer pessoa pode comunicar as falhas, o que iria facilitar bastante. -----

-----Edite Flor Quaresma Lopes – Os pontos questionados são obras que estão previstas, dando conta das mesmas quando se realizarem. -----

-----Maria de Lourdes Tavares de Moura Tavares – Já foram comprados ossários para o cemitério; Vale do Carro, está a decorrer o processo de expropriação; do Miradouro ainda não houve evolução, e em relação à Casa Museu do Moleiro, está tudo na Conservatória, a aguardar para se fazer a escritura. Como Maria de Lourdes Tavares de Moura Tavares responde que não são os ossários que vão resolver o problema, porque antes disso seria necessária alguma intervenção na parte nova do cemitério, que está a ficar pouco cuidada. O presidente do Executivo explica que o projeto inclui a construção de passadeira. -----

-----Luis Manuel Tavares de Moura – Em relação às pedras de granito, não sabe porque



não voltaram para a sede, desconhece quando acabaram as obras, pois quando tomaram posse no mandato anterior já estavam concluídas. Sobre o inesperado policiamento no final do evento no domingo, também não concorda, e já falou com o presidente da Câmara, para saberem junto da GNR o porquê desta intervenção, e se necessário providenciar diligências para que tal não se volte a repetir. Sobre o assunto do Machorro, é de lamentar que o senhor Luis Moura venha levantar uma questão sobre algo que é mentira. Confirma que houve uma reunião com os habitantes, no âmbito da candidatura Condomínio da Aldeia, e outra reunião da qual não iria falar, dado ainda estarem em curso negociações, mas para que fique esclarecido, o que se prevê venha a ser feito no baldio do Machorro, será uma reflorestação.-----

-----Esgotados os assuntos previstos no período antes da ordem do dia, passou-se ao período da ordem do dia. Todos os documentos de suporte aos pontos abordados foram previamente enviados aos membros da Assembleia. -----

-----1. *Leitura e aprovação da ata da Assembleia anterior.* -----

-----Passando ao ponto um do período da ordem do dia, Luis Manuel Tavares de Moura alerta para que o que está escrito em relação às gravações, que dá a entender a obrigatoriedade das mesmas, o que não é verdade, pois isso só veio em consequência da pandemia, o prazo que era até dezembro foi prolongado até 30 de junho deste ano, e as gravações devem ser publicadas no sítio eletrónico da Junta, o que não se verificou.-----

-----O Presidente da Mesa, Carlos Alberto Alves Cerejeira, pôs a Ata a votação, que foi aprovada com sete votos a favor e duas abstenções dos membros que não estiveram presentes. -----

-----2. *Discussão e votação do Regimento da Assembleia.* -----

-----Passando ao ponto dois, do período da ordem do dia, o Presidente da Mesa informou que havia duas propostas a votação. A proposta "A", do Regimento remetido com a documentação, e a proposta "B" apresentada pelos membros do Partido Socialista. -----

-----Maria de Lourdes Tavares de Moura Tavares manifestou o seu desagrado, pelo facto de terem recebido primeiro o Regimento com data vigente de 2017 a 2021, e posteriormente, outro, com a menção de que apenas tinha sido retirada a menção ao mandato e à data de aprovação, quando não era verdade, considerando deselegante este procedimento, e acrescentou ainda que não concordava com o ponto 8, que pode ser importante, mas é necessário ter atenção à lei vigente. Questionou ainda o envio

de toda a documentação em papel, quando tanto se fala em sustentabilidade, e se ainda estava em vigor o Regimento anterior que diz que o envio é feito por correio eletrónico. -----Luis Manuel Tavares de Moura tomou a palavra para dizer que a lei tem que ser respeitada, e diz que as sessões são públicas, mas a lei refere apenas um ponto para intervenção do público, e não duas vezes, e nem ele conhece nenhuma associação que tenha dois pontos para intervir. -----

-----O Presidente da Mesa, referiu a importância da participação do público, que muito respeita, e nunca iriam cortar a sua possibilidade de intervenção, e que o senhor Luis Moura não está a acrescentar nada de novo, apoiado em leis. Em resposta a Maria de Lourdes Tavares de Moura Tavares, sobre o envio de toda a documentação em papel, disse que a decisão do envio em correio registado, foi para evitar que faltasse algum documento, como aconteceu na Assembleia anterior. -----

-----O Presidente da Mesa, colocou à votação a proposta "A", atribuída ao Regimento distribuído com a documentação, que foi aprovada, por maioria, com cinco votos a favor e quatro contra. De seguida, foi votada a proposta "B", apresentada pelos membros do Partido Socialista, que foi rejeitada, por maioria, com cinco votos contra e quatro a favor. -----

-----3. *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2021.*

-----Passando ao ponto três, do período da ordem do dia, Luis Manuel Tavares de Moura diz que ninguém conseguiu ler os documentos, e que era uma vergonha, pois algumas folhas eram ilegíveis. Do pouco que conseguiram ler, refere que as despesas dos CTT ultrapassam o valor orçamentado, e que continuam a aguardar resposta ao pedido de esclarecimento, sobre este assunto. Verificaram que fruto da insistência dos membros do Partido Socialista, foi anexado às contas o Relatório de Gestão, e que, contrariamente ao afirmado, este Orçamento, não foi o maior de sempre na freguesia. Acusa ainda o executivo de desconhecer completamente a história da nossa terra, onde se fez muito sem os recursos públicos, agora disponíveis. Termina dizendo que o sentido de voto do Partido Socialista é contra a aprovação desta Prestação de Contas. -----

-----Tomou a palavra o Presidente do Executivo, João Manuel Marques Tavares, para ler o relatório das principais atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, que foram: Praia Fluvial do Caneiro: tornar o espaço mais atrativo com o aumento do areal, colocação de chapéus, instalação de plataforma flutuante para ancoragem de embarcações, realização de ações de animação como descidas de slide. Zona Balnear da Ponte do Barril de Alva: realizadas melhorias para criar um espaço mais atrativo.



Ribeira da Mata: plantação de árvores nas margens e repovoamento com 750 trutas. Património e outros pontos de interesse: Implementação de novo portal de Turismo, com mapa interativo; identificação do património e locais de interesse com placas de informação turística e QR Codes de ligação à informação do portal. Espaços verdes e de lazer: Jardim das Rosas: requalificação da calhada inferior; Parque do Sub-Vale: recuperação de vedações; Jardim do Vale: colocação de vedações; Côja: plantação de árvores e plantas; Jardim da Foz: elaboração de projeto e envio para aprovação pelas entidades competentes; Construção do parque infantil das Ladeiras; Requalificação do parque infantil do Jardim das Rosas. Obras: Praça Dr. Alberto do Vale: reparação de lajeta e delimitação de passeios; Jardim das Rosas: requalificação da calhada inferior; Rua da Coutada: alargamento e arranjo do muro; Rua dos Franceses: colocação de calçada em granito e resolução de águas pluviais; Beco das Covas: reparação do pavimento e resolução de águas pluviais; Rua Nova do Outeiro: alargamento, alcatroamento, substituição da tubagem da rede de águas e da rede de saneamento e resolução de águas pluviais; Zona da Ponte, Barril de Alva: substituição do tubo de abastecimento de água e resolução de águas pluviais; Parque de Autocaravanas: requalificação; Largo do Chiado, Barril de Alva: pavimentação de valetas e resolução de águas pluviais; Travessa da Eira, Barril de Alva: alcatroamento e colocação de vedações; Rua União e Progresso, Barril de Alva: reparação de muros, arranjo de valetas e resolução de águas pluviais; Rua Joaquim Madeira, Barril de Alva: arranjo de valetas e resolução de águas pluviais; Rua António Nunes Fernandes, Barril de Alva: reparação de muros; Rua António Freire de Carvalho e Albuquerque, Barril de Alva: colocação de calçada em granito e resolução de águas pluviais; Largo José Freire de Carvalho e Albuquerque, Barril de Alva: colocação de calçada em granito, resolução de águas pluviais e substituição do mobiliário urbano; Cemitério Barril de Alva: requalificação; Rua das Corgas, Pisão: alcatroamento e resolução de águas pluviais; Rua Prof. Adelino Marques, Pisão: requalificação; Rua Bica, Esculca: colocação de vedações de madeira; Largo na Rua da Bica, Esculca: colocação de calçada em granito. Melhoria dos serviços e incremento da eficiência: Implementação de novo site institucional, com o objetivo de ficar mais perto dos cidadãos: acesso a documentos oficiais, agenda de eventos, notícias e balcão digital; Implementação do sistema de Avaliação de Desempenho e revisão das situações remuneratórias dos funcionários da Junta de Freguesia; Implementação de faturação eletrónica. Outros serviços à comunidade: Realização de ações de incentivo ao consumo no comércio local: sorteio

de vales de compras no valor de 1.500,00 €; decorações de Natal e animação de rua; eventos de verão; divulgação no portal de turismo dos espaços de restauração e alojamento; Manutenção de tradições: realização da Feira de Todos os Santos; Coletividades: atribuição de donativos, apoio às despesas fixas durante a pandemia e ajuda às suas atividades/eventos, sempre que solicitado; Oferta aos agentes económicos de placas de informação turística com "QR codes"; Apoio aos casos sociais sempre que solicitado pelas instituições responsáveis. Donativos: Foram atribuídos às associações o valor total de 14 800,00€. -----

-----O Presidente da Mesa, Carlos Alberto Alves Cerejeira, colocou à votação os documentos de Prestação de Contas, que foram aprovados, por maioria, com cinco votos a favor e quatro contra. -----

-----4. *Apreciação e votação do Regulamento de Inventário de Cadastro e Património.*

-----Passando ao ponto quatro, do período da ordem do dia, Edite Flor Quaresma Lopes, disse que após a leitura da proposta enviada, onde verificaram erros na sua elaboração, e considerando a importância do documento, enviaram uma proposta assente na experiência de gestão do Partido Socialista, que consideram com melhor eficácia na gestão patrimonial. -----

-----Luis Manuel Tavares de Moura, reforça o dito por Edite Lopes, acrescentando que a proposta apresentada, é mais simples e democrática e simplifica em muito o Regulamento. Lamenta que nesta Assembleia, se verifique um jogo político onde está sempre um vencedor implícito, sugeria que ao menos uma vez, dessem o benefício da dúvida. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação as duas propostas, sendo a "A", apresentada pelo atual executivo e a proposta "B", apresentada pelos membros do Partido Socialista, onde foi aprovado o Regulamento da proposta "A", por maioria, com cinco votos a favor e quatro contra, e rejeitada, por maioria, a proposta "B", com cinco votos contra e quatro a favor. -----

-----5. *Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais.* -----

-----De seguida, passou-se ao ponto cinco do período da ordem do dia, e Luis Manuel Tavares de Moura diz que só se inscreve se o Presidente do Executivo também o fizer, ao que o Presidente da Mesa, chama a atenção, para recordar que ao inscrever-se, tem que falar ou prescindir da intervenção, ao que Luis Moura responde que existe uma regra em que "ninguém" fala depois dele. O Presidente da Mesa, diz lamentar estas manigâncias, e Luis Manuel Tavares de Moura toma a palavra, para dizer que o



documento distribuído sobre o inventário patrimonial da freguesia, pouco ou nada acrescenta à realidade anterior, pelo que é necessária uma avaliação do real património da freguesia. Com base nos dados do site da Autoridade Tributária, em 2016, a freguesia tinha um património imobiliário de 1.165.288,43€, excluindo o edifício sede da Junta, Parque Verde do Prado sistema de abastecimento de águas e outros bens móveis de valor significativo, e o património resultante da insolvência da Cerâmica Progresso e da Carriga, foi avaliado pela AT, em 890.978,46€, incluindo dois terrenos na Covilhã, no valor de 254.526,08€. No documento apresentado para votação, consta apenas um valor patrimonial de 315.322,72€, muito longe do valor real. Faz votos para que, com o Regulamento aprovado, os valores se aproximem do esperado, e acrescenta que, se fosse para votar, seria uma abstenção do Partido Socialista. -----

-----O Presidente do Executivo referiu que o valor patrimonial tributário apenas serve para que a Autoridade Tributária nos cobre impostos, e dá o exemplo dos terrenos da Covilhã que valem mais de cem mil euros cada um, e estão à venda por vinte mil euros, e ninguém os compra. Pergunta por que é que não ficaram com eles, ou compraram na altura, e porque é que os escritórios da Carriga que valiam setenta mil euros, foram vendidos por trinta e cinco mil? Neste caso deveriam ser vendidos pelo menos por esse valor. O valor patrimonial não deve servir só para algumas coisas e para outras não. Os valores a ter em conta são os de compra ou venda, e não aquilo que o senhor Luis Moura quer fazer passar. O valor do bem nas contas, em qualquer parte do mundo, resulta do valor de que o vendedor está disposto a vender e o comprador a pagar. ----

-----O Presidente da Mesa, Carlos Alberto Cerejeira, interfere, no papel de contabilista, referindo as Leis do Mercado que em muito interferem nestas avaliações, ao que Luis Manuel Tavares de Moura responde que o Regulamento diz que o que vale é o valor patrimonial e não o de mercado, e que em relação aos terrenos da Covilhã, é evidente que não analisaram o processo, e usaram os escritórios para denegrir a imagem dele. Se tivessem lido como o Ministério Público e a Polícia Judiciária leram, viam que está tudo escrito, onde diz que a Junta adquire um bem, já adquirido por outro, por 35 mil euros. O bem foi comprado por 17.500,00€ à massa insolvente, e a Junta fez um negócio que mais ninguém teria coragem nem arrojo para o fazer, e os valores apresentados são os das Finanças. -----

-----O Presidente do Executivo esclarece que não foi ele que fez qualquer denúncia à Polícia Judiciária, e Luis Manuel Tavares de Moura pergunta-lhe quantos processos tem contra ele, e se ele dorme bem. -----



-----6. *Apreciação do relatório de avaliação anual, referente ao ano de 2021, do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição, por solicitação dos titulares do Direito de Oposição, nos termos do nº3, do artigo 10º da Lei nº24/98 de 26 de maio.* -

-----Passou-se de seguida, ao ponto seis, do período da ordem do dia, e tomou a palavra Luis Manuel Tavares de Moura, para dizer que foram os membros do Partido Socialista que trouxeram este assunto e reconhecem o facto de já estar no sítio eletrónico da Junta. Disse ainda que a Junta assume dois erros, que eles validam, mas são falhas graves que terão as suas consequências. Leu de seguida informação enviada ao abrigo do direito de resposta (em anexo à ata), acrescentando que essa informação também devia estar publicada em conjunto com o relatório do executivo, pois faz parte do mesmo processo. -----

-----7. *Apreciação de informação escrita do senhor Presidente da Junta de Freguesia, sobre as atividades mais relevantes desenvolvidas e situação financeira, nos termos da alínea v), de nº 1, do art.º 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.* -----

-----Passando ao ponto sete da ordem do dia, o presidente do executivo informou sobre a situação financeira: receita liquidada 86.017,16 € (oitenta e seis mil, e dezassete euros e dezasseis cêntimos); despesa paga 82.257,00€ (oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e sete euros); obrigações assumidas 79.468,50€ (setenta e nove mil quatrocentos e sessenta e oito euros e cinquenta cêntimos). -----

-----As principais atividades desenvolvidas foram: conclusão da ligação de água entre as Covadas de baixo e o depósito da Gândara, com a colocação de um tubo de maior capacidade; realização do evento "Arte Urbana nas Portas do Açor"; reparação do telhado do Restaurante Quinta do Urtigal; adjudicação do Bar do Caneiro; adjudicação do contrato de exploração do Restaurante Quinta do Urtigal; adjudicação do Bar das Rosas; adjudicação do Quiosque; acordo de parceria com os organizadores da feira mensal intercultural; apoio na construção do Baloço da Esculca; candidatura ao Galardão Eco-Freguesias XXI; em parceria com o Município, submissão de candidatura Condomínio da Aldeia, no Machorro; preparação das feiras de agosto; corte de ervas e limpezas.-----

-----Atividades a desenvolver: continuação da preparação das festas de verão; preparação das praias fluviais; limpezas. -----

-----Tomou a palavra António Jorge Quaresma Tavares, para questionar qual era a rua das Covadas de Baixo, perguntando ao Presidente do Executivo se sabia onde começava



e acabava essa rua, sendo que a rua que ele se devia querer referir se chamava Rua Nova do Outeiro, onde ainda não tenha sido colocada a respetiva placa. -----

-----Luis Manuel Tavares de Moura tomou a palavra para dizer, mais uma vez, que tinha sido informado por um residente do Machorro, sobre a possível instalação dos painéis fotovoltaicos, e o que fez foi alertar dado o que isso pode implicar na alteração da paisagem, e sugeria que se fizesse um referendo, para saber a opinião da população e ser avaliada e discutida. -----

-----O Presidente do Executivo insiste que o senhor Luis Moura continua a trazer a debate coisas que são mentira e fica espantado com tanta retórica. Repete que o que está em análise é a possível requalificação do baldio do Machorro, que em nada tem a ver com painéis fotovoltaicos. -----

-----8. Outros assuntos de interesse para a União de Freguesias. -----

-----Iniciado o ponto oito da ordem do dia, pediu a palavra Casimiro Coutinho, e Luis Manuel Tavares de Moura diz que não se inscreve, dado ter enviado um mail a pedir para ser inscrito, em primeiro lugar, neste ponto, dada a falta de resposta da Assembleia aos pontos constantes do requerimento enviado pelo Partido Socialista, no dia 25/01/2022, que não mereceu qualquer resposta, em conjugação com as competências consignadas à Assembleia de Freguesia, designadamente na alínea h) do n.º 2 do Artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----O Presidente da Mesa Carlos Alberto Alves Cerejeira, refere que não aceita a introdução daquele ponto, pois, perante a Lei, se aceitasse estava a assumir que existiu uma recusa. -----

-----Luis Manuel Tavares de Moura contesta esta decisão, acusando o Presidente da Assembleia de não responder à correspondência, e dizendo que a função do Presidente da Mesa é ser moderador e não descoordenador, provocando alguma alteração na sala, levando o Presidente da Mesa da Assembleia a dizer que assim não há condições para dar continuidade à Assembleia, e que o senhor Luis Moura precisa ser educado e elegante nas suas intervenções. -----

-----Luis Manuel Tavares de Moura retoma a palavra lendo o mail enviado aos membros da Assembleia com as cópias das respostas às reclamações/denúncias feitas à Comissão de Acesso Aos Documentos Administrativos (CADA), à ERSAR e ao IGF – Autoridade de Auditoria. (em anexo à ata). Ainda deixa o alerta a quem faz as atas do Executivo, a dizer que deve mencionar o valor dos contratos de exploração dos bares e não como fazem habitualmente. Diz ainda que o Partido Socialista não abdica da função de



fiscalizar e deliberar sobre os assuntos da Junta, e que dada a não resposta do Presidente da Mesa, foi pedida uma auditoria à Junta de Freguesia, e que espera que não haja nada irregular, apesar de achar que há. Acrescenta que a partir daquele momento deixa de participar como membro da Assembleia e passa a ser mero espectador. -----

-----Tomou a palavra Casimiro Coutinho que começou por questionar o senhor Luis Moura se devia entender alguma intimidação na afirmação que ele acabou de fazer, e continuando a sua intervenção, perguntou ao Presidente da Mesa quando é que sala da sede da Junta tinha sido requalificada, ao que o Presidente da Assembleia respondeu já ter sido antes do primeiro mandato deste Executivo. Casimiro Coutinho completou a sua questão lamentando nessa obra não ter sido contemplada a colocação de ar condicionado e cadeiras confortáveis, além da disponibilização de água ao público presente. De imediato foram disponibilizadas garrafas de água a quem a solicitou, facilitando a continuação da intervenção de Casimiro Coutinho que tenta esclarecer o assunto da Via Sacra. Na sua opinião entende que houve confusão entre a procissão e a colocação de quadros alusivos à Via Sacra e respetivos trâmites. Quanto às cerimónias religiosas, nenhuma delas precisou de referendo, mas foram decididas por todas as forças vivas que participaram em ambas, onde estavam representados os Bombeiros, a Filarmónica, três párocos, um diácono, vários ministros, um sacristão, a Irmandade, num total de vinte e cinco pessoas, que decidiram ambos os trajetos, não havendo qualquer objeção, tendo sido aprovados por unanimidade. Não vai comentar as mensagens do pároco, pois isso será da sua responsabilidade, mas como membro da Fábrica da Igreja, quer dizer muito cordial e frontalmente que não reconhece idoneidade nas pessoas que acusam ter havido falta de dignidade na tomada de posse do pároco, nem falta de conhecimento e respeito pelas tradições da vila. -----

-----Manuela Vitória insiste que não entende o que aconteceu, pois sempre participou na Via Sacra, lendo em todas as paragens, e há mais de quarenta anos que a passagem era sempre pela Rua da Filarmónica, não tem qualquer objeção em relação à procissão, nem a nada, mas não entende. -----

-----Maria de Lourdes Tavares de Moura Tavares pediu a palavra para dizer que houve falta de sensibilidade geral e um aproveitamento errado no ajustar as imagens a uma cerimónia religiosa que é tradição centenária. As imagens estavam colocadas, mas podiam ter sido mudadas para aquele dia da Via Sacra, conforme aconteceu com uma delas que no dia da procissão foi mudada de sítio. -----



-----O Presidente da Mesa da Assembleia diz que dada a falta de tempo, o assunto irá ser objeto de análises futuras e com certeza que haverá abertura para isso. -----

-----Pedi a palavra o Presidente do Executivo para dizer que o senhor Luis Moura apresentou queixas da Junta na Inspeção Geral de Finanças, e CADA, mas não leu a conclusão do parecer destes (documento anexo à ata). Quanto à transferência ao comodato para a empresa onde o Sr. Luis Moura trabalha, afirmou que o fez ilegalmente, e em relação às taxas da água, fez queixa à ERSAR, esquecendo que as criou em 2015, no valor de 1,06 euros e as aumentou até 1,56 euros quando o Dec. Lei 194/09 já dizia que deveriam ser aplicados tarifários idênticos. Mais disse que, o Sr. Luis Moura fala muito em transparência total, mas qual é a transparência de um presidente da Junta, que paga multas pessoais com dinheiro da Junta? (documento anexo à ata), qual é a transparência e honestidade do tesoureiro que escreve um mail em que sugere uma vigarice? (documento anexo à ata). -----

-----Luis Manuel Tavares de Moura começa por negar que alguma vez tenha pago alguma multa própria com dinheiro da Junta. Sobre o email começa por dizer que se deve tratar de um email público, transcrito numa ata e que esteve na origem da demissão do presidente da Junta, à data, João Manuel Oliveira. -----

-----O Presidente da Mesa pede ordem na sala e informa que para cumprir obrigações legais, deve ser elaborada ata das deliberações desta Assembleia, em minuta, ao abrigo do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que diz que "a ata com a votação das deliberações, pode ser aprovada em minuta, no final das sessões, desde que deliberado pela maioria dos presentes, sendo assinadas após aprovação pelo presidente e por quem as lavrou". -----

-----A primeira secretária, Maria Manuela Sinde Filipe leu em voz alta a Ata das deliberações em minuta que se transcreve: -----

"MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 29 DE ABRIL DE 2022-----

Ponto 1- Discussão e votação da ata da Assembleia anterior. -----

A Assembleia de Freguesia deliberou, por maioria, com 7 (sete) votos a favor e 2 (duas) abstenções, aprovar a ata nº 2 (dois), da sessão ordinária, da Assembleia de Freguesia realizada no dia 30 de dezembro de 2021; -----

Ponto 2- Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia. -----

A Assembleia de Freguesia apreciou as duas propostas existentes: uma enviada distribuída através do email de 22/04/2022 (à qual foi atribuída a letra "A") e outra

remetida posteriormente pelos membros eleitos pelo Partido Socialista e distribuída por email em 24/04/2022 (à qual foi atribuída a letra "B"). A Assembleia de Freguesia deliberou, por maioria, com 5 (cinco) votos a favor e 4 (quatro) votos contra, aprovar o Regimento da Assembleia apresentado na proposta "A". A proposta "B", com 4 (quatro) votos a favor e 5 (cinco) votos contra, foi rejeitada, por maioria. -----

Ponto 3- Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2021- A Assembleia de Freguesia deliberou, por maioria, com 5 (cinco) votos a favor e 4 (quatro) votos contra, aprovar os documentos de Prestação Contas do ano de 2021. --

Ponto 4- Apreciação e votação do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património. A Assembleia de Freguesia apreciou as duas propostas existentes: uma enviada com a convocatória (à qual foi atribuída a letra "A") e outra remetida posteriormente pelos membros eleitos pelo Partido Socialista e distribuída por email em 24/04/2022 (à qual foi atribuída a letra "B"). A Assembleia de Freguesia deliberou, por maioria, com 5 (cinco) votos a favor e 4 (quatro) votos contra, aprovar o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património apresentado na proposta "A". A proposta "B", com 4 (quatro) votos a favor e 5 (cinco) votos contra, foi rejeitada, por maioria. -----

Ponto 5- Apreciação do Inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais ----- A Assembleia de Freguesia tomou conhecimento e apreciou o Inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais. -----

Ponto 6- Apreciação do relatório de avaliação anual, referente ao ano de 2021, do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição, por solicitação dos titulares do Direito de Oposição, nos termos do n.º 3, do artigo 10º da Lei n.º 24/98 de 26 de maio. A Assembleia de Freguesia, por solicitação dos titulares do Direito de Oposição, nos termos do n.º 3, do artigo 10º da Lei nº 24/98 de 26 de maio, tomou conhecimento e apreciou o Relatório de avaliação anual, referente ao ano de 2021, do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição -----

Ponto 7- Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Junta de freguesia, acerca da situação financeira, nos termos da alínea v), do nº 1, do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

A Assembleia de Freguesia tomou conhecimento da situação financeira à data e das principais atividades desenvolvidas, nos termos da alínea v), do nº 1, do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA -----

A Assembleia de Freguesia deliberou, por maioria, com 5 (cinco) votos a favor e 4



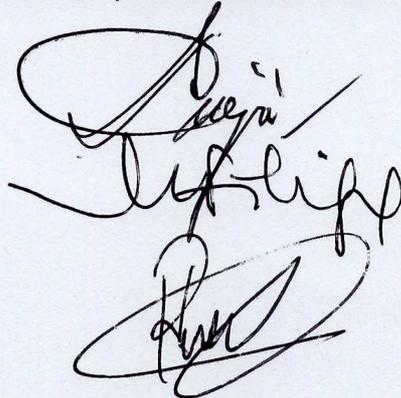
(quatro) votos contra, aprovar as presentes deliberações em minuta, no final da sessão, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de dezembro. -----

Das mesmas se exarou a presente ata, que depois de lida, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia." (fim de transcrição) -----

-----Luis Manuel Tavares de Moura após ter votado contra, fez uma declaração de voto, dizendo que nada justifica, nem impede que a Ata seja feita e enviada a todos os membros, para uma semana depois ser votada em consciência. A Minuta não transcreve o que se passou na Assembleia e é de uma deselegância brutal esta atitude, questionando se vão existir duas Atas. -----

-----O Presidente da Mesa volta a referir a necessidade de aprovação das deliberações que ocorreram na Assembleia, para dar cumprimento às obrigações legais. E agradecendo a presença de todos, encerrou a sessão pelas 23 horas e 58 minutos. ---

-----Para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia. -----



-----O espaço restante da folha foi deixada propositadamente em branco. -----





PS

documento, anexo a ata da AT
nº 3 de 29/4/2022
(página 13)

1/2

Presidente da Junta de Freguesia da

UNIÃO DE FREGUESIAS DE COJA E BARRIL DE ALVA

Relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Considerando o teor do Relatório elaborado por essa Junta de Freguesia, não podem os membros eleitos pelo Partido Socialista deixar de manifestar a sua total surpresa e discordância pelo conteúdo do mesmo.

Embora se assumam no Relatório falhas graves que implicaram a não aprovação do Orçamento e Plano de Atividades para o ano 2022 pela Assembleia de Freguesia realizada no dia 28 de Dezembro de 2021, é dito que apenas um dos membros comunicou o não recebimento dos documentos relativos ao Plano Plurianual de Investimentos.

Ora, tal afirmação não corresponde à realidade, pois nenhum dos nove membros da Assembleia estava na posse do documento e, a julgar pelos membros do Partido Socialista, nem a ele tiveram acesso até à presente data.

Consideramos, por isso, que apesar dos membros afetos ao Grupo de Cidadãos "Fazer o que Falta" (única força política representada no executivo) terem votado favoravelmente, no final da reunião, a aprovação do Orçamento para 2022, o procedimento seguido pela Mesa da Assembleia de Freguesia contaria as normas do Regimento e da Lei, sendo nulo pelo simples facto da Assembleia não poder aprovar um documento que de todos era desconhecido.

É referido ainda no preambulo do Relatório, e bem, a definição de oposição que resulta dos diplomas legais que o regulam. E é na base dos poderes e prerrogativas concedidos pela Constituição, pela lei ou pelo regimento interno da Assembleia, que o Partido Socialista tem procurado pautar e exercer a sua ação de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas.

Fê-lo na discussão do Orçamento para 2022 por não poder aprovar um documento que desconhecia e por existirem valores na despesa prevista para o funcionamento do Posto de Correios que o executivo até à presente data ainda não justificou;

Fê-lo ao não aprovar a Tabela de Taxas para 2022 por considerar que a Assembleia não pode legitimar um documento que implica a cobrança de taxas ilegais;

Tal como não abicará do direito a obter a informação requerida nos termos legais, designadamente nos seus requerimentos de 20/10/2021 e 17/11/2021, para referir apenas o período a que respeita o Relatório.

O Partido Socialista, enquanto poder ou oposição, pauta a sua ação política na base dos mais elementares princípios e valores democráticos. Infelizmente, entende o atual executivo renegar a existência de regras de transparência na gestão pública e, particularmente, na gestão autárquica, deixando transparecer algum défice que, esperamos, venha a corrigir futuramente para o bem da nossa freguesia.

Congratulamo-nos, contudo, que fruto da nossa ação enquanto oposição, tenham sido assumidos neste Relatório alguns dos erros apontados pelo Partido Socialista e o compromisso da sua correção no futuro.

Lamentamos no entanto que para se chegar a este compromisso de respeito pelo papel da oposição por parte do Executivo da Junta de Freguesia tenha sido necessário o recurso a Entidades como a ERSAR, DGAL e IGF, aguardando o resultado das suas ações.

Nos termos da Lei, pretende o Partido Socialista que o Relatório e a presente resposta seja objeto de discussão pública na próxima sessão ordinária da Assembleia de Freguesia.

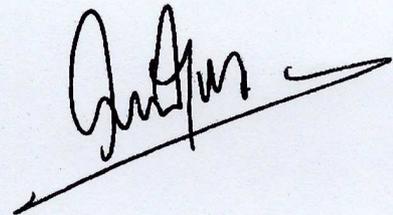
Coja, 21 de Março de 2022

Luis Manuel Tavares de Moura

Carlos Alberto Pereira dos Ramos

Vanda Maria Fernandes César Tavares

Maria de Lourdes Tavares de Moura



Assinado por: LUÍS MANUEL
TAVARES DE MOURA
Identificação: BI04472156
Data: 2022-03-21 às 17:20:48

tesoureiro@jf-coja.pt

n.º 3, de 29/4/2022
(Página 14)

De: Paula Oliveira <geral@jf-coja.pt>
Enviado: 27 de abril de 2022 09:11
Para: 'Presidente Coja'; 'Tesoureiro JFCoja'; secretario@jf-coja.pt
Assunto: FW: Requerimento / Ausência de resposta
Anexos: Requerimento_AssembleiaFreguesia-4.pdf; Parecer n.º 167_2022 (Proc. n.º 889_2021).pdf; ERSAR-O-0016662022.pdf; IGF-Oficio_985_2022_E1494_2022.pdf

De: PS COJA TodosContam <ps.cojatodoscontam@gmail.com>
Enviada: quarta-feira, 27 de abril de 2022 00:07
Para: Junta <geral@jf-coja.pt>
Cc: CERCOL Cerejeira <carlos.1947@sapo.pt>; Carlos Ramos <calbertoramos@gmail.com>; MANA <marya.tavares@hotmail.com>; Vanda Tavares <vandamtavares@sapo.pt>; editelopes_17@hotmail.com; tavares_a_jorge@sapo.pt
Assunto: Requerimento / Ausência de resposta

Ex.mo Senhor Presidente da
Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva

Em 25/01/2022 enviou a bancada do Partido Socialista uma contestação à Mesa da Assembleia, manifestando o seu desagrado e solicitando a sua intervenção no sentido de lhes serem facultados os elementos constantes daquela exposição, no respeito à Lei que regula o acesso à informação pelos membros da Assembleia ou por qualquer cidadão.

Estranhamente, até à presente data não recebemos qualquer resposta de V. Ex^ª.

Consciente do direito que lhe assiste, entendeu a bancada do Partido Socialista solicitar a intervenção da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) tendo aquela emitido o parecer que se anexa para conhecimento da Mesa da Assembleia a que V. Ex^ª. preside.

Ainda na sequência das chamadas de atenção do PS para a ilegalidade de algumas das decisões tomadas na última Assembleia de Freguesia, anexamos as respostas recebidas da ERSAR e IFG, aguardando a conclusão das diligências em curso de apuramento de responsabilidades e eventual reporte às entidades judiciais competentes - em causa está o ORÇAMENTO PARA 2022 e a TABELA DE TAXAS, conforme voto expresso na competente sessão.

Considerando o exposto e em conjugação com as competências consignadas à Assembleia de Freguesia, designadamente na alínea h) do n.º 2 do Artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, requeremos que o assunto seja tratado na próxima sessão ordinária, como primeiro assunto, no ponto "*outros assuntos de interesse para a freguesia*" da Ordem do Dia.

Respeitosamente,
Luís Manuel Tavares de Moura

Documento n.º 3, anexo à ata da AF
n.º 3, de 29/4/2022
(Página 15)

1/1

- 186 -



COMISSÃO DE ACESSO AOS
DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS



18. A faculdade prevista no artigo 13.º, 5, da LADA, exige, pois, indicação da exata localização, na Internet do documento requerido.

III - Conclusão

- A apreciação de recusa de prestação de informação à assembleia de freguesia por parte da junta de freguesia, no quadro do disposto nos artigos 9.º, 2, h), e 10.º, 1, d), do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cabe àquela assembleia, não à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;
- Os membros das assembleias de freguesia podem, através da respetiva mesa, solicitar e receber informação do executivo, nos termos daquele regime jurídico, e podem, como qualquer outra pessoa, pedir diretamente essa documentação à entidade que a detenha, ao abrigo da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto (LADA);
- O acesso a documentos que respeitem a atos processuais das partes e autoridades judiciárias, integrantes de processos judiciais em curso, rege-se pela lei de processo respetiva e não pela LADA;
- A sujeição de documentos administrativos a segredo de justiça depende de determinação de autoridade judiciária;
- A existência de dados pessoais sujeitos a reserva não constitui, por si, motivo para a total recusa do acesso, conquanto o documento possa ser comunicado com expurgo desses dados;
- A faculdade prevista no artigo 13.º, 5, da LADA, exige indicação da exata localização, na Internet do documento requerido.

Comunique-se.

Lisboa, 20 de abril de 2022.

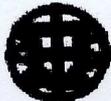
Maria Cândida Oliveira (Relatora)

Tiago Fidalgo de Freitas

Não participou

n.º 3, de 29/4/2022
(página 16)

VIDA DE
BOBAG!



Ministério da Administração Interna
Polícia de Segurança Pública
AUTO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (Frente/Verso)

NOTIFICAÇÃO
Auto 988287625
EA 1111400000

Arguido Nome LUIS MANUEL TAVARES DE MOURA
Nascido a NIF em ---
CC Emitido por IMTT - Coimbra em --
CI Emitido por COJA, 3305-195
Domicílio R DA COJA

Veículo Matrícula 37-59-RX País Portugal
Categoria/Classe Automóveis / Ligeiros Tipo/Subclasse Passageiros
Conduzido por Arguido Nome --
CC -- Emitido por -- em --

Infracção Data 2016-08-25 Hora 10:46 Presenciada pelo autuante Sim
Local Estrada da Guarda Inglesa (Coimbra), Coimbra.
Comarca Coimbra Distrito Coimbra
Descrição Sumária Circulava dentro da localidade pelo menos à velocidade de 86 km / h, correspondente à velocidade registada de 91 km / h, deduzido o valor do erro máximo admissível, sendo a velocidade máxima permitida imposta por sinalização de 50km / h. Velocidade verificada através do RADAR MULTANOVA MR-6FD n.º 1613, Aprovado para fiscalização pelo Despacho n.º 1863 / 2014, de 2 de Janeiro, da A.N.S.R., publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 26 de 06 de FEV2014. Calibrado em 10MAR2016 pelo LP.Q.

Código 2860280107 Normas infringidas CE - Art.º 28.º n.º 1 b)

Sanções Coima: 120.00 Euros (Cento e vinte euros) a 600.00 Euros Prevista em Art.º 28.º n.º 5 e Art.º 27.º n.º 2 a) 2.º Sanção acessória de Inibição de conduzir de 1 a 12 meses. Prevista em: Art.º 136, Art.º 147 do CE e Art.º 145.º n.º 1 c), 147.º n.º 2 e 147.º n.º 3 do C.E.

| | |
|--|--|
| <p>O Autuante (EDUARDO J. DA C. SANTOS - 136629)</p> <p>Testemunhas</p> | <p>Recebi a notificação em 2016-08-25</p> <p>O Arguido</p> <p>O Conduzido</p> <p>(art 176.º, n.º 10 do código da estrada)</p> |
| <p>(para pagamento nos CTT ou directamente à entidade autuante)</p> <p>Recibo, 25-8-16 Coima</p> <p>(O funcionário) <i>ES</i> Depósito</p> <p><i>P. P. T. P. H.</i></p> | <p>Certifica-se que o notificando se recusou a receber/assinar a Notificação em</p> <p>(art. 176.º, n.º 11, do código da estrada)</p> <p>O Autuante</p> <p>Testemunhas</p> |
| <p>ENTIDADE 20843</p> <p>REFERÊNCIA 988287625</p> <p>MONTANTE 120.00</p> <p>PAGAMENTO POR MULTIBANCO (Ver instruções no verso)</p> <p>TALÃO EMITIDO PELO CAIXA AUTOMÁTICO FAZ PROVA DE PAGAMENTO. CONSERVE-O</p> | |

UF Coja Barril (Margarida)

De: UF Coja Barril (Tesoureiro)
Enviado: domingo, 20 de Julho de 2014 12:57
Para: UF Coja Barril (Presidente)
Cc: UF Coja Barril (Secretario)
Assunto: Posto de Correios
Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Concluído

Bom dia,

Analisando os valores que são devidos pelo estagiário ao serviço do posto de correios no período que mediu o final do estágio e a entrada no POC, vejo com alguma dificuldade a sua regularização interna, por duas razões:

1. O recurso a Kms por parte de um dos membros da Junta não é viável uma vez que o ABONO que recebe mensalmente da junta tem por finalidade a compensação por deslocações e absorve os limites legais de isenção para deslocações, ou seja, qualquer valor pago acima disso tem outro enquadramento fiscal.
2. Independentemente da disponibilidade pessoal de cada um para assumir o custo fiscal, penso não ser ajustado o pagamento de 3.387Kms por deslocações em carro próprio a qualquer membro (junta, salvo situações muito excepcionais e perfeitamente justificadas em acta;
3. A liquidação directa ao estagiário está fora de causa pela falta de enquadramento fiscal.

Dado que urge solucionar a questão perante a pessoa envolvida nesta situação involuntariamente, proponho o seguinte:

- Solicitar à Associação de Freguesias a emissão de Nota de Débito de "Trabalhos de manutenção e limpeza realizados na sede da Junta e Casa da Criança por pessoal desta Associação" no valor de 1.220,00€
- Sendo obrigatório o pagamento do valor por cheque à Associação, esta levanta o cheque em dinheiro ao balcão do banco (não o deposita) e não contabilizar a entrada do valor no POCAL.
- O estagiário assina um documento conforme recebeu o valor da Associação apenas para arquivo interno e sem tratamento no POCAL.

Não sendo correcto, o cruzamento de dados fica dificultado.

Apuramento de valores:

Subsidio de Alimentação

| | | | | |
|-------|----|--------|---------|----------|
| Maio | 9 | | 38,43 € | |
| Junho | 20 | 4,27 € | 85,40 € | |
| Julho | 13 | | 55,51 € | 179,34 € |

I.A.S. - Equivalente ao Sub. Desemprego

| | | | | |
|-------|----|----------|----------|----------|
| Maio | 12 | | 167,69 € | |
| Junho | 30 | 419,22 € | 419,22 € | |
| Julho | 20 | | 279,48 € | 866,39 € |

Bolsa complementar

| | | | | |
|-------|--|--|---------|----------|
| Maio | | | 33,54 € | |
| Junho | | | 83,84 € | |
| Julho | | | 55,90 € | 173,28 € |

TOTAL a RECEBER 1.219,01 €

Carro próprio até 0,36€ / Km

Luis Moura
UF de Coja e Barril de Alva